



BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2017**

PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Fator S.A. e Empresas Controladas, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2017 e de 2016. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, o Banco Fator S.A. declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

A Diretoria

RATINGS

Banco Fator — **BBB- (bra)**
Fitch Ratings

FAR - Fator Administração de Recursos — **Proficiente**
Fitch Ratings

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	Banco		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		436.884	458.324	1.048.809	1.135.590
Disponibilidades	3b e 4	408	258	873	845
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3b, 3c, 4 e 5	285.996	65.001	285.996	65.001
Aplicações no Mercado Aberto		285.996	65.001	285.996	65.001
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3d, 3e e 6	85.604	276.344	413.595	600.532
Carteira Própria		69.054	216.588	127.390	317.776
Vinculados a Compromissos de Recompra		10.562	35.848	10.562	35.848
Instrumentos Financeiros Derivativos		861	137	861	137
Vinculados à Prestação de Garantias		5.127	23.771	274.782	246.771
Relações Interfinanceiras		129	143	129	143
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		12	10	12	10
Depósitos no Banco Central		117	133	117	133
Operações de Crédito	3f e 7	42.143	95.011	42.143	95.011
Setor Privado		57.121	113.110	57.121	113.110
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7e	(14.978)	(18.099)	(14.978)	(18.099)
Outros Créditos	8	15.700	21.175	220.773	302.582
Rendas a Receber		6.353	10.358	7.728	11.922
Negociação e Intermediação de Valores	3g	217	480	2.572	8.312
Prêmios de Seguros a Receber	3i	-	-	89.384	46.330
Diversos		9.130	10.337	123.558	237.951
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	-	-	(2.469)	(1.933)
Outros Valores e Bens	3h	6.904	392	85.300	71.476
Bens não de Uso Próprio - Imóveis		6.317	-	6.317	-
Despesas Antecipadas		587	392	6.047	4.151
Operações de Seguros e Resseguros	10	-	-	72.936	67.325
Realizável a Longo Prazo		311.038	280.611	443.089	416.928
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3d, 3e e 6	237.549	211.095	253.302	224.883
Carteira Própria		129.397	211.095	145.150	224.883
Vinculados a Compromissos de Recompra		15.138	-	15.138	-
Vinculados à Prestação de Garantias		93.014	-	93.014	-
Operações de Crédito	3f e 7	34.182	38.177	34.182	38.177
Setor Privado		35.991	39.188	35.991	39.188
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	7e	(1.809)	(1.011)	(1.809)	(1.011)
Outros Créditos	8	39.174	31.339	93.967	110.714
Negociação e Intermediação de Valores	3g	-	-	7	459
Prêmios de Seguros a Receber	3i	-	-	10.112	12.140
Diversos		42.272	31.339	86.946	98.115
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	7e	(3.098)	-	(3.098)	-
Outros Valores e Bens	3h	133	-	61.638	43.154
Despesas Antecipadas		133	-	133	-
Operações de Seguros e Resseguros	10	-	-	61.505	43.154
Permanente		245.378	257.431	12.334	11.912
Investimentos	3j	235.779	248.940	243	268
Participações em Coligadas e Controladas - No País	11	235.779	248.940	-	-
Outros Investimentos		-	-	243	268
Imobilizado de Uso	3k	2.598	2.841	4.867	5.849
Outras Imobilizações de Uso		7.597	7.378	18.743	19.267
(Depreciações Acumuladas)		(4.999)	(4.537)	(13.876)	(13.418)
Intangível	3l	7.001	5.650	7.224	5.795
Ativos Intangíveis		10.669	7.730	11.346	8.341
(Amortização Acumulada)		(3.668)	(2.080)	(4.122)	(2.546)
Total do Ativo		993.300	996.366	1.504.232	1.564.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	Banco		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		487.855	353.469	897.206	837.699
Depósitos	3o, 12 e 20a	397.675	266.000	397.208	265.875
Depósitos à Vista		6.349	2.561	6.235	2.436
Depósitos Interfinanceiros		16.064	–	16.064	–
Depósitos a Prazo		375.262	263.439	374.909	263.439
Captações no Mercado Aberto	3o e 13	58.802	35.788	53.178	31.588
Carteira Própria		25.157	35.788	19.533	31.588
Carteira de Terceiros		33.645	–	33.645	–
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14	22.697	42.986	22.697	42.986
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		22.697	42.986	22.697	42.986
Relações Interfinanceiras		–	2	–	2
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		–	2	–	2
Instrumentos Financeiros Derivativos	3e e 6c	463	80	463	80
Instrumentos Financeiros Derivativos		463	80	463	80
Outras Obrigações	15	8.218	8.613	423.660	497.168
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		4	6	4	7
Fiscais e Previdenciárias	3p	2.426	2.431	9.936	22.138
Negociação e Intermediação de Valores	3g	64	348	25.877	32.800
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	3q e 16	–	–	246.794	334.462
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		–	–	125.211	96.510
Diversas		5.724	5.828	15.838	11.251
Exigível a Longo Prazo		182.631	300.317	284.212	384.151
Depósitos	3o, 12 e 20a	182.404	300.135	182.404	300.135
Depósitos a Prazo		182.404	300.135	182.404	300.135
Outras Obrigações	15	227	182	101.808	84.016
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	3q e 16	–	–	85.983	66.900
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		–	–	6.868	9.623
Diversas		227	182	8.957	7.493
Resultados de Exercícios Futuros		5	28	5	28
Resultados de Exercícios Futuros		5	28	5	28
Patrimônio Líquido	18	322.809	342.552	322.809	342.552
Capital - De Domiciliados no País		250.011	250.011	250.011	250.011
Reservas de Lucros		72.935	92.743	72.935	92.743
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(137)	(202)	(137)	(202)
Total do Passivo		993.300	996.366	1.504.232	1.564.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	Notas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas da Intermediação Financeira		47.913	65.572	67.615	88.320
Operações de Crédito	3f e 7a	6.554	(341)	6.554	(341)
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3d	36.722	48.898	56.383	71.469
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	3e	4.637	17.015	4.678	17.192
Despesas da Intermediação Financeira		(36.616)	(49.971)	(35.371)	(49.731)
Operações de Captação no Mercado	3o	(38.986)	(50.521)	(38.226)	(50.036)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3f e 7e	2.370	550	2.855	305
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.297	15.601	32.244	38.589
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(23.746)	(10.923)	(41.781)	(29.473)
Receitas de Prestação de Serviços	19a	10.935	12.215	19.034	22.456
Prêmios de Seguros	19b	-	-	78.492	82.404
Sinistros Ocorridos		-	-	(19.922)	(86.083)
Custos de Aquisição de Seguros		-	-	(9.007)	(7.204)
Resultado de Operações com Resseguros		-	-	(30.957)	28.068
Despesas de Pessoal		(17.065)	(14.792)	(42.377)	(36.061)
Outras Despesas Administrativas	19c	(9.860)	(8.979)	(21.198)	(22.905)
Despesas Tributárias	17d	(2.479)	(2.375)	(10.684)	(5.845)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(6.163)	2.689	-	-
Outras Receitas Operacionais	19d	1.266	668	6.468	5.388
Outras Despesas Operacionais	19e	(380)	(349)	(11.630)	(9.691)
Resultado Operacional		(12.449)	4.678	(9.537)	9.116
Resultado não Operacional		1	(21)	(26)	(269)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(12.448)	4.657	(9.563)	8.847
Imposto de Renda e Contribuição Social	3p e 9	(4.728)	(856)	(7.613)	(5.046)
Provisão para Imposto de Renda		(208)	-	(994)	(1.501)
Provisão para Contribuição Social		(130)	-	(763)	(923)
Ativo Fiscal Diferido		(4.390)	(856)	(5.856)	(2.622)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(17.176)	3.801	(17.176)	3.801
Lucro Líquido (Prejuízo) por Ação - R\$		(3,33)	0,74	(3,33)	0,74

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	Notas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		(7.521)	2.765	(12.749)	10.005
Lucro Líquido (Prejuízo)		(17.176)	3.801	(17.176)	3.801
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		9.655	(1.036)	4.427	6.204
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7e	(2.370)	(550)	(2.855)	(305)
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes		(23)	14	(542)	1.626
Depreciações e Amortizações		1.496	1.333	1.939	2.017
Tributos Diferidos	9a	4.390	856	5.856	2.622
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	6.163	(2.689)	-	-
Resultado na Alienação de Imobilizado		(1)	-	29	-
Outros		-	-	-	244
Varição de Ativos e Passivos		118.790	40.951	123.598	61.235
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		59.077	231.413	51.914	187.415
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)		(21)	68	(21)	68
(Aumento) Redução em Operações de Crédito		41.183	39.447	41.183	39.447
(Aumento) Redução em Outros Créditos		(7.611)	(6.858)	29.021	27.641
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		(6.553)	(151)	(11.286)	2.719
(Redução) Aumento em Depósitos		56.386	(49.316)	57.251	(43.503)
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(11.857)	(142.215)	(15.670)	(146.415)
(Redução) Aumento em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		(13.331)	(24.362)	(13.331)	(24.362)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos		463	(1.397)	463	(1.397)
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		1.057	(5.379)	(15.923)	19.921
Varição nos Resultados de Exercícios Futuros		(3)	(299)	(3)	(299)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		111.269	43.716	110.849	71.240
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	11	12.550	27.550	-	-
Aquisição de Investimentos		-	-	-	(36)
Alienação de Investimentos		-	-	30	173
Aumento de Capital/Absorção de Prejuízo em Controladas	11	(11.000)	-	-	-
Aquisição de Imobilizado de Uso		(289)	(230)	(337)	(910)
Alienação de Imobilizado de Uso		-	-	10	-
Aquisição de Intangível		(1.610)	(1.335)	(1.638)	(1.407)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		(349)	25.985	(1.935)	(2.180)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	18b	-	(5.300)	-	(5.300)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		-	(5.300)	-	(5.300)
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3b e 4	110.920	64.401	108.914	63.760
Início do Período		175.484	858	177.955	2.086
Final do Período		<u>286.404</u>	<u>65.259</u>	<u>286.869</u>	<u>65.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18) (Em Milhares de Reais)

	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	250.011	18.428	75.814	(1.231)	-	343.022
Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	1.029	-	1.029
Dividendos	-	-	(5.300)	-	-	(5.300)
Lucro Líquido	-	-	-	-	3.801	3.801
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	191	3.610	-	(3.801)	-
Saldos em 30 de Junho de 2016	250.011	18.619	74.124	(202)	-	342.552
Mutações do Período	-	191	(1.690)	1.029	-	(470)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	250.011	18.486	71.625	(665)	-	339.457
Varição do Ajuste ao Valor de Mercado	-	-	-	528	-	528
Prejuízo	-	-	-	-	(17.176)	(17.176)
Destinação do Resultado:						
Reservas de Lucros	-	-	(17.176)	-	17.176	-
Saldos em 30 de Junho de 2017	250.011	18.486	54.449	(137)	-	322.809
Mutações do Período	-	-	(17.176)	528	-	(16.648)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Fator S.A. (Banco) está organizado sob a forma de banco múltiplo e desenvolve suas operações de modo integrado através das carteiras comercial e de investimento.

As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), em consonância, quando aplicável, com os normativos da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco e das Controladas:

Empresa	Atividade	30/06/2017	30/06/2016
		Participação (%)	Participação (%)
Fator S.A. Corretora de Valores	Instituição Financeira	100,00	100,00
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Instituição não Financeira	99,99	99,99
Fator Seguradora S.A.	Seguradora	100,00	100,00

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 22 de agosto de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Critérios de Consolidação: No processo de consolidação, os saldos de transações entre as empresas foram eliminados.

As práticas contábeis adotadas no registro das operações e na avaliação dos elementos patrimoniais pela controladora e pelas empresas incluídas na consolidação foram uniformemente aplicadas.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Disponíveis para Venda: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, operações de futuros e operações de "swap" são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Operações com Opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados a valor de mercado no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não exercício;

Operações de Futuros: O valor dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

Operações de "Swap": O diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" dia até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

Instrumentos Financeiros Derivativos não considerados como "hedge": Em conta de receita ou despesa, no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos considerados como "hedge": São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa.

Os "hedges" de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

f) Operações de Crédito e Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, conforme demonstrado na Nota 7.

g) Negociação e Intermediação de Valores: Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

h) Outros Valores e Bens: Compostos por, Bens não Destinados a Uso recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado, quando aplicável, através da constituição de provisão; e, Despesas Antecipadas correspondentes às aplicações de recursos cujos benefícios ou prestação de serviços decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

i) Prêmios de Seguros e Resultado de Comercialização: Os prêmios de seguros, os prêmios cedidos e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado de acordo com o regime de competência, observando a vigência do risco. A Seguradora não possui operações de retrocessão.

As receitas e despesas de comercialização são diferidas e apropriadas ao resultado durante a vigência dos seguros. Para as operações de seguros do ramo DPVAT as receitas e despesas são contabilizadas com base nos informes recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

O valor recuperável dos prêmios de seguros é apurado com base em estudo técnico desenvolvido pela Administração da Seguradora, que leva em consideração o histórico de perdas incorridas e os riscos de inadimplência, conforme o cliente e a severidade do atraso verificado, conforme permitido pela Circular nº 517/15 da SUSEP. A Seguradora constitui provisão relativa a riscos vigentes e não emitidos com base em nota técnica atuarial.

j) Investimentos: Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

k) Imobilizado de Uso: Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

l) Intangível: É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

m) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - "Impairment": O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

o) Depósitos e Captações no Mercado Aberto: São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

p) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20%.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos tributários constituídos são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração, conforme descrito na Nota 9.

q) Provisões Técnicas: A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco a decorrer dos prêmios já emitidos, calculada pelo método "pro rata" dia, em conformidade com as determinações e os critérios estabelecidos pelo CNSP e pela SUSEP.

A provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes mas não emitidos é calculada, para os seguros de danos e seguros de pessoas, de acordo com metodologia específica descrita em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos pela seguradora, cujas vigências já se iniciaram e estão em processo de emissão.

A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nos avisos recebidos até à data do balanço e atualizada monetariamente, quando aplicável.

A Seguradora constitui provisão para sinistros ocorridos e não suficientemente avisados, através de metodologia descrita em nota técnica atuarial.

A provisão para despesas relacionadas é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, líquidos de recuperações de cosseguro, determinada com base nas despesas de sinistros já conhecidas até a data do balanço e em nota técnica atuarial com objetivo de estimar o valor relacionado a demais parcelas esperadas.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é calculada com base na Circular nº 517/15 da SUSEP, exceto para o ramo de garantia, o qual a partir de 2011 passou a ser calculada com base em nota técnica atuarial de forma consistente com base na experiência histórica de ocorrência de sinistros nesse ramo.

É constituída provisão para cobrir os encargos futuros com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., na conta provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, com base em informes emitidos pela administração do convênio. Sobre os valores constituídos, são calculados e provisionados juros a débito da rubrica "Outras Despesas Operacionais".

A provisão complementar de cobertura é constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação dos Passivos, de acordo com as determinações específicas na regulamentação em vigor.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

r) Teste de Adequação dos Passivos: Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular nº 517/15 da SUSEP, em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas base junho e dezembro de cada ano.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração. O teste considerou a projeção dos sinistros a ocorrer com base em premissas de sinistralidade realista, das despesas administrativas e outras diretamente relacionadas aos contratos de seguros relativos aos produtos em run-off e projeção relativa aos sinistros ocorridos. Os fluxos de caixas projetados são brutos de resseguros e descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), referentes ao mês de junho de 2017, livres de riscos correspondentes à garantia oferecida em cada produto, e, para a identificação de possíveis insuficiências, são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos dos custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis para identificação de possíveis insuficiências.

Não foram identificadas insuficiências para as provisões constituídas em 30 de junho de 2017, não havendo, portanto, necessidade de constituição de provisões suplementares.

s) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas: A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do CMN. É constituída em montante considerado suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada.

t) Receitas e Despesas: O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades	408	258	873	845
Aplicações no Mercado Aberto	285.996	65.001	285.996	65.001
Total	286.404	65.259	286.869	65.846

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2017		30/06/2016
	Até 90 dias	Total Banco/ Consolidado	Total Banco/ Consolidado
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	252.351	252.351	65.001
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	251.352	251.352	20.002
Letras do Tesouro Nacional - LTN	999	999	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	44.999
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	33.645	33.645	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.645	33.645	-
Total	285.996	285.996	65.001

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

	Banco			Total	
	Carteira Própria	Vinculados à Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	30/06/2017	30/06/2016
Títulos para Negociação	29.907	10.562	-	40.469	178.017
Debêntures (b) (e)	20.813	10.562	-	31.375	66.434
Certificados de Depósito Bancário (b)	-	-	-	-	-
Quotas de Fundos de Investimento (c)	820	-	-	820	270
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	-	-	54.403
Ações (c)	7.659	-	-	7.659	1.878
Bônus de Subscrição de Cias. Abertas (c)	615	-	-	615	1.454
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	-	-	-	-	53.578
Títulos Disponíveis para Venda	140.445	15.138	17.150	172.733	200.950
Debêntures (b) (e)	30.204	-	-	30.204	110.540
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h)	15.000	-	-	15.000	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	20.365	-	12.023	32.388	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	495	-	-	495	837
Nota Comercial (b)	33.969	-	-	33.969	22.297
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	35.285	15.138	-	50.423	62.474
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	5.127	-	5.127	10.254	4.802
Títulos Mantidos até o Vencimento	28.099	-	80.991	109.090	108.335
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h)	28.099	-	80.991	109.090	108.335
Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	861	-	-	861	137
Total	199.312	25.700	98.141	323.153	487.439

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado				
	Carteira Própria	Vinculados à Recompra	Vinculados à Prestação de Garantias	Total	
				30/06/2017	30/06/2016
Títulos para Negociação	88.243	10.562	269.655	368.460	502.205
Debêntures (b) (e)	20.813	10.562	–	31.375	66.434
Certificados de Depósito Bancário (b)	–	–	–	–	550
Quotas de Fundos de Investimento (c)	21.093	–	90.804	111.897	127.938
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	–	–	10.125	10.125	68.792
Ações (c)	7.659	–	–	7.659	1.878
Bônus de Subscrição de Cias. Abertas (c)	615	–	–	615	1.454
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	13.747	–	168.726	182.473	181.581
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	24.316	–	–	24.316	53.578
Títulos Disponíveis para Venda	140.445	15.138	17.150	172.733	200.950
Debêntures (b) (e)	30.204	–	–	30.204	110.540
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h)	15.000	–	–	15.000	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	20.365	–	12.023	32.388	–
Certificados de Recebíveis Imobiliários (b)	495	–	–	495	837
Nota Comercial (b)	33.969	–	–	33.969	22.297
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a) (d) (g)	35.285	15.138	–	50.423	62.474
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (b)	5.127	–	5.127	10.254	4.802
Títulos Mantidos até o Vencimento	43.852	–	80.991	124.843	122.123
Certificados de Depósito Bancário (b) (f) (h)	43.852	–	80.991	124.843	122.123
Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	861	–	–	861	137
Total	273.401	25.700	367.796	666.897	825.415

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações); (b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP); (c) Custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC) e/ou na Instituição administradora do fundo; (d) Em 30/06/2016 foi efetuada a transferência de NTN-B da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 43.440, com efeito positivo no resultado de R\$ 776, a referida posição foi realizada em julho/16; (e) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de debêntures da categoria "Títulos Disponíveis para Venda" para categoria "Títulos para Negociação" no montante de R\$ 13.772, com efeito positivo no resultado de R\$ 462, a referida posição foi realizada nos meses de julho e agosto/17; (f) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de Certificados de Depósito Bancário da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 15.000; (g) Em 30/06/2017 foi efetuada a transferência de Notas do Tesouro Nacional - NTN-B da categoria "Títulos para Negociação" para categoria "Títulos Disponíveis para Venda" no montante de R\$ 8.611; (h) Em 30/06/2017 o Certificado de Depósito Bancário no valor de R\$ 97.616 representa 67% do PR da instituição, estando em curso o reenquadramento do limite, informamos ainda que o BACEN está de acordo com as medidas e prazos propostos para a regularização da inconformidade.

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

	Banco					
	Sem Vencimento	Até 90 Dias	De 91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	Total	
					30/06/2017	30/06/2016
Títulos para Negociação	9.094	–	–	31.375	40.469	178.017
Debêntures	–	–	–	31.375	31.375	66.434
Certificados de Depósito Bancário	–	–	–	–	–	–
Quotas de Fundos de Investimento	820	–	–	–	820	270
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	–	–	54.403
Ações	7.659	–	–	–	7.659	1.878
Bônus de Subscrição de Cias. Abertas	615	–	–	–	615	1.454
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	–	–	–	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	–	–	–	–	–	53.578
Títulos Disponíveis para Venda	–	44.223	51	128.459	172.733	200.950
Debêntures	–	–	–	30.204	30.204	110.540
Certificados de Depósito Bancário (a)	–	–	–	15.000	15.000	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	–	32.388	32.388	–
Certificados de Recebíveis Imobiliários	–	–	51	444	495	837
Nota Comercial	–	33.969	–	–	33.969	22.297
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	–	–	–	50.423	50.423	62.474
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	–	10.254	–	–	10.254	4.802
Títulos Mantidos até o Vencimento	–	–	–	109.090	109.090	108.335
Certificados de Depósito Bancário (a)	–	–	–	109.090	109.090	108.335
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	119	742	–	861	137
Total	9.094	44.342	793	268.924	323.153	487.439

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado				Total	
	Sem Vencimento	Até 90 Dias	De 91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	30/06/2017	30/06/2016
Títulos para Negociação	120.171	428	161	247.700	368.460	502.205
Debêntures	-	-	-	31.375	31.375	66.434
Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	-	-	550
Quotas de Fundos de Investimento	111.897	-	-	-	111.897	127.938
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	10.125	10.125	68.792
Ações	7.659	-	-	-	7.659	1.878
Bônus de Subscrição de Cias. Abertas	615	-	-	-	615	1.454
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	428	161	181.884	182.473	181.581
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	24.316	24.316	53.578
Títulos Disponíveis para Venda	-	44.223	51	128.459	172.733	200.950
Debêntures	-	-	-	30.204	30.204	110.540
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	15.000	15.000	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	32.388	32.388	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	51	444	495	837
Nota Comercial	-	33.969	-	-	33.969	22.297
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	50.423	50.423	62.474
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	-	10.254	-	-	10.254	4.802
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	124.843	124.843	122.123
Certificados de Depósito Bancário (a)	-	-	-	124.843	124.843	122.123
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	119	742	-	861	137
Total	120.171	44.770	954	501.002	666.897	825.415

(a) Vencimento em 18/12/2020.

O Banco adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias ou de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos consideram a avaliação prévia de vários aspectos com relação aos produtos, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional.

A estratégia de "hedge" é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de "hedge", conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, conforme seus respectivos indexadores.

Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de "hedge" são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Em 30 de junho de 2017 e de 2016, o Banco não possui estrutura de "hedge" contábil de risco de mercado ou fluxo de caixa.

	Banco/Consolidado			Total	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
Contratos de Futuros	44.890	18.500	139.289	202.679	1.137.819
Compromissos de Compra	29.154	18.500	98.099	145.753	1.031.407
Futuro DI	27.500	18.500	98.099	144.099	1.029.000
Futuro Dólar	1.654	-	-	1.654	2.407
Compromissos de Venda	15.736	-	41.190	56.926	106.412
Futuro DI	-	-	-	-	44.000
Futuro DDI	1.648	-	41.190	42.838	60.005
Futuro Dólar	14.088	-	-	14.088	2.407
Contratos de Opções	3.963.503	1.043.200	-	5.006.703	63.048
Compromissos de Compra	2.023.203	521.200	-	2.544.403	22.460
Opção Índice	1.905.600	487.200	-	2.392.800	-
Opção Dólar	33.750	34.000	-	67.750	21.500
Opção Ações	83.853	-	-	83.853	960
Compromissos de Venda	1.940.300	522.000	-	2.462.300	40.588
Opção Índice	1.904.800	487.000	-	2.391.800	-
Opção Dólar	35.500	35.000	-	70.500	39.488
Opção Ações	-	-	-	-	1.100
Total	4.008.393	1.061.700	139.289	5.209.382	1.200.867

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Carteira de Crédito por Tipo de Operação

	Banco/Consolidado			
	30/06/2017		30/06/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Empréstimos	49.931	53,63	105.983	69,59
Cheque Especial e Conta Garantida	188	0,20	-	-
Financiamentos à Exportação (i)	42.993	46,17	46.315	30,41
Total	93.112	100,00	152.298	100,00

(i) Em 30/06/2016, o resultado negativo de Operações de Crédito no valor de R\$ 341 foi afetado pela variação cambial negativa no valor de R\$ 8.460 referente operação de Financiamento à Exportação, compensado pelo resultado positivo realizado através de Contratos de Futuros registrado em Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Operações de Crédito por Setor de Atividade e Prazos

	Banco/Consolidado					
	Vencida A partir 15 Dias	A vencer			Total	
		Até 3 Meses	3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2017	30/06/2016
Empréstimos e Títulos Descontados						
Setor Privado:	12.857	27.630	16.634	35.991	93.112	152.298
Indústria	-	1.470	5.836	35.686	42.992	47.709
Comércio	12.725	-	-	-	12.725	14.182
Outros Serviços	3	26.042	7.644	-	33.689	89.846
Pessoas Físicas	129	118	3.154	305	3.706	561
Total	12.857	27.630	16.634	35.991	93.112	152.298
Curto Prazo					57.121	113.110
Longo Prazo					35.991	39.188

c) Operações de Crédito por Níveis de Risco

Nível	Banco/Consolidado					
	30/06/2017			30/06/2016		
	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída	Total Operações de Crédito	Créditos Vencidos	Provisão Constituída
A	212	-	1	1.623	-	8
B	3.890	102	39	28.103	-	281
C	58.171	-	2.605	77.007	8.918	3.237
D	270	-	27	252	-	25
E	12.725	12.725	3.817	40.383	40.383	12.114
F	11.013	-	5.507	29	29	14
G	6.801	-	4.761	4.901	4.901	3.431
H	30	30	30	-	-	-
Total	93.112	12.857	16.787	152.298	54.231	19.110

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na Resolução nº 2.682/99 do CMN e alterações posteriores, levando-se em consideração o risco das operações, amparada por informações internas e externas.

d) Operações de Crédito por Concentração de Risco

	Banco/Consolidado			
	30/06/2017		30/06/2016	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%
10 Maiores Clientes	92.878	99,75	151.737	99,63
Demais Clientes	234	0,25	561	0,37
Total	93.112	100,00	152.298	100,00

e) Movimentação da Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	29.487	19.660	32.664	21.350
Provisão	3.735	505	3.735	750
Reversão de Provisão	(6.105)	(1.055)	(6.590)	(1.055)
"Write-Off"	(7.232)	-	(7.455)	(2)
Saldo Final	19.885	19.110	22.354	21.043

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

8. OUTROS CRÉDITOS

	Banco		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Rendas a Receber	6.353	10.358	7.728	11.922
Comissões e Corretagens a Receber	-	-	4	-
Outras Rendas a Receber	6.353	10.358	7.724	11.922
Negociação e Intermediação de Valores	217	480	2.579	8.771
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	67	5.693
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	217	292	1.824	1.401
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	-	188	140	188
Operações de Intermediação de "Swap"	-	-	548	1.489
Prêmios de Seguros a Receber	-	-	99.496	58.470
Diversos	51.402	41.676	210.504	336.066
Adiantamentos e Antecipações Salariais	806	807	1.368	1.324
Créditos Tributários de Impostos e Contribuições (Nota 9b)	31.026	29.317	36.706	35.764
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	4.537	4.207	17.385	33.199
Impostos e Contribuições a Compensar (b)	5.049	3.758	44.949	54.005
Títulos e Créditos a Receber	6.197	-	8.168	2.469
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 20a)	2.794	3.153	159	119
Sinistros de Resseguros	-	-	42.223	164.846
Devedores Diversos - País	993	434	59.546	44.340
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3.098)	-	(5.567)	(1.933)
Total	54.874	52.514	314.740	413.296
Curto Prazo	15.700	21.175	220.773	302.582
Longo Prazo	39.174	31.339	93.967	110.714

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo, IRPJ e CSLL sobre diferença IPC90, discussão de prazo prescricional na compensação de PIS e COFINS e, IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA o qual foi convertido à Fazenda Nacional em 2016, as ações dos referidos depósitos estão sendo questionadas judicialmente, na Corretora (Nota 15 (a)).

(b) Referem-se basicamente aos processos 16327.903.132/2015-37 e 16327.903.137/2015-60, de 10/09/2015, onde a Seguradora obteve direito de restituir impostos recolhidos a maior no exercício de 2010, sobre o lucro resultante do processo de vendas de ações da BM&FBOVESPA. Em 22/02/2016, a Secretaria da Receita Federal, creditou parte do valor, R\$ 32.213, em conta-corrente bancária em nome da Seguradora.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL
	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Resultado antes da Tributação Sobre o Lucro	(12.448)	(12.448)	4.657	(9.563)	(9.563)	8.847
Adições Temporárias	29.198	29.198	53.290	37.180	37.180	59.130
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	25.916	25.916	53.207	26.404	26.404	53.418
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.205	3.205	27	7.660	7.660	2.866
Outras Adições Temporárias	77	77	56	3.116	3.116	2.846
Adições Permanentes	23.318	23.217	31.465	9.345	8.918	18.069
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	16.732	16.732	13.712	-	-	-
Outras Adições Permanentes	6.586	6.485	17.753	9.345	8.918	18.069
Exclusões Temporárias	(40.390)	(40.390)	(65.771)	(50.633)	(50.633)	(74.870)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(27.433)	(27.433)	(65.042)	(27.886)	(27.886)	(65.500)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.957)	(12.957)	(729)	(18.714)	(18.714)	(3.323)
Outras Exclusões Temporárias	-	-	-	(4.033)	(4.033)	(6.047)
Exclusões Permanentes	(7.607)	(7.607)	(23.674)	(4.465)	(4.465)	(16.014)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(3.219)	(3.219)	(8.851)	-	-	-
Outras Exclusões Permanentes	(4.388)	(4.388)	(14.823)	(4.465)	(4.465)	(16.014)
Base de Cálculo antes da Compensação de Prejuízo						
Fiscal e Base Negativa	(7.929)	(8.030)	(33)	(18.136)	(18.563)	(4.838)
(-) Compensação 30% - Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	(1.332)	(1.332)	(2.594)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.929)	(8.030)	(33)	(19.468)	(19.895)	(7.432)
Provisão Corrente para IRPJ e CSLL	-	-	-	(765)	(622)	(2.710)
Ajuste IRPJ e CSLL de Períodos Anteriores	(208)	(130)	-	(229)	(141)	286
Constituição (Reversão) de Créditos Tributários	(2.438)	(1.952)	(856)	(3.252)	(2.604)	(2.622)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.646)	(2.082)	(856)	(4.246)	(3.367)	(5.046)

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

b) Demonstração dos Créditos Tributários

	Banco			Consolidado			
	31/12/2016	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	22.156	-	-	22.156	22.157	25.696	27.151
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	13.260	1.441	(5.831)	8.870	7.160	9.664	7.902
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	-	-	-	-	-	126	67
Provisão para Contingências	-	-	-	-	-	50	28
Provisão de Despesas	-	-	-	-	-	1.170	616
Total	35.416	1.441	(5.831)	31.026	29.317	36.706	35.764

Em 30/06/2017, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 14.729 (R\$ 18.550 em 30/06/2016) para o Banco e R\$ 42.601 (R\$ 51.725 em 30/06/2016) para o Consolidado. Os benefícios do IRPJ e CSLL serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores (Nota 17d).

c) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Período	Banco	Consolidado
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
2017	1.233	4.611
2018	2.253	3.776
2019	6.124	6.903
2020	2.182	2.182
2021	2.292	2.292
2022 a 2026	16.942	16.942
Total	31.026	36.706

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias. O valor presente dos créditos tributários em 30/06/2017 é de R\$ 19.322 para o Banco e R\$ 24.396 para o Consolidado, utilizando-se a curva futura de juros, obtida na BM&FBOVESPA, como fator de desconto.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de IRPJ e CSLL em montante que justifique a realização de tais valores.

10. OUTROS VALORES E BENS - OPERAÇÕES DE SEGUROS E RESSEGUROS

Ramos	Consolidado			
	Custo de Aquisição Diferido		Prêmio de Resseguro Diferido	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Fiança Locatícia	170	93	298	165
Garantia de Obrigações - Privadas	-	20	186	56
Garantia de Obrigações - Públicas	125	181	1.203	1.668
Garantia Judicial	-	12	-	95
Garantia Segurado - Setor Privado	1.265	2.023	7.025	9.935
Garantia Segurado - Setor Público	15.999	8.936	50.746	36.514
Responsabilidade Civil - D&O	863	589	4.139	3.816
Responsabilidade Civil Geral	164	269	794	967
Responsabilidade Civil - E&O	893	243	1.608	1.410
Riscos de Engenharia	3.186	2.616	35.282	29.734
Riscos Nomeados e Operacionais	1.960	1.187	8.007	9.950
Riscos Diversos	63	-	465	-
Total	24.688	16.169	109.753	94.310
Curto Prazo	12.643	12.811	60.293	54.514
Longo Prazo	12.045	3.358	49.460	39.796

11. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

	Fator S.A. Corretora de Valores	FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	Fator Seguradora S.A.	Total
Patrimônio Líquido				
30/06/2017	20.508	9.967	205.305	235.780
30/06/2016	34.283	7.850	206.807	248.940
Lucro Líquido (Prejuízo)				
01/01 a 30/06/2017	(10.630)	(5.159)	9.626	(6.163)
01/01 a 30/06/2016	(6.452)	(3.876)	13.017	2.689
Participação Acionária (%)	100,00%	99,99%	100,00%	
Valor Patrimonial do Investimento				
30/06/2017	20.508	9.966	205.305	235.779
30/06/2016	34.283	7.850	206.807	248.940
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas				
01/01 a 30/06/2017	(10.630)	(5.159)	9.626	(6.163)
01/01 a 30/06/2016	(6.452)	(3.876)	13.017	2.689

Em 03/05/2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 6.000 na controlada FAR - Fator Administração de Recursos Ltda..

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

Em AGE de 31/05/2017, foi deliberada a absorção de parte dos prejuízos acumulados montante de R\$ 5.000 na controlada Fator S.A. Corretora de Valores.

Em 2017, foi recebido Dividendos referente a 2016 no valor de R\$ 5.200 (R\$ 20.000 em 2016), da controlada Fator Seguradora S.A..

Em 2017, foi deliberado e recebido Juros sobre o Capital Próprio no valor de R\$ 7.350 (R\$ 7.500 em 2016), da controlada Fator Seguradora S.A..

12. DEPÓSITOS

	30/06/2017						30/06/2016			
	Sem Vencimento	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	181 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	Total Banco	Total Consolidado	Total Banco	Total Consolidado	
Depósitos à Vista	6.349	-	-	-	-	6.349	6.235	2.561	2.436	
Ligadas	220	-	-	-	-	220	106	176	51	
Não Ligadas	6.129	-	-	-	-	6.129	6.129	2.385	2.385	
Depósitos Interfinanceiros	-	16.064	-	-	-	16.064	16.064	-	-	
Não Ligadas	-	16.064	-	-	-	16.064	16.064	-	-	
Depósitos a Prazo	-	49.629	239.233	86.400	182.404	557.666	557.313	563.574	563.574	
Ligadas	-	-	-	235	667	902	549	2.029	2.029	
Não Ligadas	-	49.629	80.374	51.808	164.477	346.288	346.288	345.024	345.024	
Com Garantia Especial do FGC	-	-	158.859	34.357	17.260	210.476	210.476	216.521	216.521	
Total	6.349	65.693	239.233	86.400	182.404	580.079	579.612	566.135	566.010	

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/06/2017			30/06/2016	
	1 a 30 Dias	Total Banco	Total Consolidado	Total Banco	Total Consolidado
Carteira Própria	25.157	25.157	19.533	35.788	31.588
Debêntures	10.082	10.082	10.082	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	13.018	8.818
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	15.075	15.075	9.451	22.770	22.770
Carteira de Terceiros	33.645	33.645	33.645	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	33.645	33.645	33.645	-	-
Total	58.802	58.802	53.178	35.788	31.588

14. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

	30/06/2017				30/06/2016	
	1 a 30 Dias	31 a 180 Dias	181 a 365 Dias	Total Banco/ Consolidado	Total Banco/ Consolidado	
Letras de Crédito Agrícola	2.583	-	-	2.583	1.167	
Não Ligadas	2.583	-	-	2.583	1.167	
Letras de Crédito Imobiliário	10.979	3.332	5.803	20.114	41.819	
Não Ligadas	10.979	3.332	5.803	20.114	41.819	
Total	13.562	3.332	5.803	22.697	42.986	

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banco		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4	6	4	7
IOF a Recolher	4	6	4	7
Fiscais e Previdenciárias	2.426	2.431	9.936	22.138
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	-	-	1.387	2.711
Impostos e Contribuições a Recolher (a)	2.426	2.431	8.549	19.427
Negociação e Intermediação de Valores	64	348	25.877	32.800
Caixas de Registro e Liquidação	-	-	317	318
Comissões e Corretagens a Pagar	-	103	54	222
Credores - Conta Liquidações Pendentes	50	39	25.493	31.778
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	14	206	13	482
Provisões Técnicas de Seguros e Resseguros	-	-	332.777	401.362
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	-	-	132.079	106.133
Diversas	5.951	6.010	24.795	18.744
Cheques Administrativos	7	3	7	3
Provisão para Pagamentos a Efetuar	3.525	4.016	9.412	8.375
Provisão para Contingências (Nota 17b)	227	182	9.101	7.947
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	7	229	7	229
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 20a)	159	317	-	11
Credores Diversos - País	2.026	1.263	6.268	2.179
Total	8.445	8.795	525.468	581.184
Curto Prazo	8.218	8.613	423.660	497.168
Longo Prazo	227	182	101.808	84.016

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

(a) Em 30/06/2016, refere-se basicamente a IRPJ e CSLL relativos ao IPO BOVESPA e BM&F, no valor de R\$ 13.315, por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14, o referido valor foi liquidado através da conversão de Depósitos Judiciais à Fazenda Nacional (Nota 8 (a)).

16. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS E RESSEGUROS

	Provisão de Prêmios não Ganhos		Provisão de Sinistros a Liquidar		Provisão para Sinistros Ocorridos mas não Avisados		Outras Provisões		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ramos										
DPVAT	-	-	16.645	25.882	73.386	54.728	719	730	90.750	81.340
Fiança Locatícia	973	547	-	-	67	28	-	-	1.040	575
Garantia de Obrigações - Privadas	-	114	-	-	-	-	-	-	-	114
Garantia de Obrigações - Públicas	2.522	3.158	-	-	-	-	-	-	2.522	3.158
Garantia Judicial	-	136	-	-	-	-	-	-	-	136
Garantia Segurado - Setor Privado	11.965	18.156	2.594	141.258	-	-	149	147	14.708	159.561
Garantia Segurado - Setor Público	105.665	66.201	9.929	3	-	-	-	13	115.594	66.217
Responsabilidade Civil - D&O	6.811	6.410	2.112	1.312	349	562	1.151	141	10.423	8.425
Responsabilidade Civil Geral	1.573	1.925	2.829	1.787	389	282	5.520	248	10.311	4.242
Responsabilidade Civil - E&O	4.032	2.381	89	17	1.034	410	876	-	6.031	2.808
Riscos de Engenharia	42.898	35.925	2.654	8.230	1.367	1.161	8.008	938	54.927	46.254
Riscos Diversos	718	-	-	-	-	-	-	1	718	1
Riscos Nomeados e Operacionais	15.171	15.315	9.589	10.060	2.766	2.999	(1.773)	157	25.753	28.531
Total	192.328	150.268	46.441	188.549	79.358	60.170	14.650	2.375	332.777	401.362
Curto Prazo									246.794	334.462
Longo Prazo									85.983	66.900

17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Em 30/06/2017 e 30/06/2016, o Banco, a Corretora e a FAR não possuíam ativos contingentes contabilizados.

A Seguradora possui processos judiciais fiscais ativos, já transitados em julgado, reconhecidos contabilmente, cujo valor é de R\$ 1.864 (R\$ 1.972 em 30/06/2016).

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais: As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 9.101 (R\$ 7.947 em 30/06/2016) e estão representadas por:

Ações Fiscais: O valor da provisão é de R\$ 54 (R\$ 228 em 30/06/2016) e referem-se a questionamentos que envolvem a Seguradora, sobre a incidência de impostos, contribuições e encargos sociais;

Ações Cíveis: O valor da provisão é de R\$ 1.375 (R\$ 1.487 em 30/06/2016) e referem-se a prêmios de seguros no valor de R\$ 253 (R\$ 364 em 30/06/2016) e demandas de caráter indenizatório no valor de R\$ 1.122 (R\$ 1.123 em 30/06/2016);

Ações Trabalhistas: O valor da provisão é de R\$ 7.672 (R\$ 6.231 em 30/06/2016) e referem-se a processos que envolvem a Corretora e Seguradora, cujos valores são provisionados levando-se em consideração o histórico de perdas.

Composição e Movimentação das Provisões Consolidadas

	Consolidado				30/06/2016 Total
	30/06/2017				
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total	
Saldo Inicial	231	1.544	7.869	9.644	6.329
Constituição	-	142	2.041	2.183	1.674
Reversão/Liquidação (a)	(177)	(311)	(2.238)	(2.726)	(56)
Saldo Final	54	1.375	7.672	9.101	7.947

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis

Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente e estão representados abaixo:

	30/06/2017				Consolidado	30/06/2016 Consolidado
	Banco	Corretora	FAR	Seguradora		
Fiscais (a) (b)	4.045	20.513	-	771	25.329	54.789
Cíveis	20	6.135	-	246	6.401	6.586
Trabalhistas	5.715	10.965	145	12	16.837	20.442
Total	9.780	37.613	145	1.029	48.567	81.817

(a) A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS, no processo de IPO da CETIP; PIS e COFINS relativo à dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 30/06/2017 é de R\$ 20.513 (R\$ 41.186 em 30/06/2016) (Nota 17d).

(b) A Seguradora questiona a incidência de IRPJ e CSLL e PIS e COFINS sobre variações monetárias ativas de depósitos judiciais e de INSS sobre valores pagos através de cartões de incentivo.

d) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Em 31/05/2017, a Administração da Corretora, optou por incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT), regulamentado pela IN RFB nº 1.687/17, os débitos que tratavam da incidência de PIS e COFINS sobre a venda de bens do Ativo Permanente no processo de Desmutualização das Bolsas de Valores, optando pelo pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada no total de R\$ 4.653, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL no valor de R\$ 18.610.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

(Em Milhares de Reais)

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 30/06/2017 e 30/06/2016, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 5.161.402 ações, divididas igualmente entre ações ordinárias e preferenciais nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos: O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

Em AGE de 24/02/2016 e AGE de 15/04/2016, foram deliberadas distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.000 e R\$ 2.300, respectivamente.

19. DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	10.935	12.215	19.034	22.456
Rendas de Assessoria Técnica	6.825	8.364	6.825	8.364
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	2.417	2.219	7.174	6.597
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	325	969	407	1.010
Rendas de Garantias Prestadas	32	651	32	651
Rendas de Serviços de Custódia	3	-	896	898
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	-	-	2.363	4.897
Rendas de Outros Serviços	1.333	12	1.337	39
b) Prêmios de Seguros	-	-	78.492	82.404
DPVAT	-	-	21.113	29.561
Garantia Segurado - Setor Público	-	-	18.134	16.598
Riscos de Engenharia	-	-	12.816	11.091
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	12.319	7.609
Garantia Segurado - Setor Privado	-	-	4.182	7.073
Receita com Emissão de Apólices	-	-	1.896	1.777
Garantia Obrigações - Públicas	-	-	517	575
Garantia Judicial	-	-	28	150
Garantia Obrigações - Privadas	-	-	-	116
Outros Ramos	-	-	7.487	7.854
c) Outras Despesas Administrativas	9.860	8.979	21.198	22.905
Processamento de Dados	2.051	1.246	3.978	2.634
Serviços Técnicos Especializados	1.966	1.760	3.419	3.398
Serviços do Sistema Financeiro	1.918	2.239	4.208	6.586
Aluguéis	920	817	2.150	1.978
Comunicações	426	471	972	1.664
Condomínio	259	219	617	556
Serviços de Terceiros	206	207	961	1.075
Promoções e Relações Públicas	189	89	345	255
Manutenção e Conservação de Bens	180	185	303	391
Associações/Entidades de Classe	144	197	248	344
Viagens	121	130	392	284
Água, Energia e Gás	105	157	234	344
Transportes	103	91	192	177
Publicações	59	59	451	324
Propaganda e Publicidade	-	27	27	121
Outras Despesas Administrativas	1.213	1.085	2.701	2.774
d) Outras Receitas Operacionais	1.266	668	6.468	5.388
Variações Monetárias Ativas /Cambiais	943	420	2.676	1.356
Atualização de Depósitos Judiciais	156	-	604	533
Recuperação de Encargos e Despesas	8	87	258	141
Outras	159	161	2.930	3.358
e) Outras Despesas Operacionais	380	349	11.630	9.691
Variações Monetárias Passivas	201	149	6.020	5.109
Contingências /Garantias Financeiras Prestadas	32	15	143	213
Convênio DPVAT	-	-	2.271	2.304
Outras	147	185	3.196	2.065

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) **Empresas Controladas e Ligadas:** Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

Operações/Partes Relacionadas	Banco				Consolidado			
	30/06/2017		30/06/2016		30/06/2017		30/06/2016	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Depósitos à Vista	(220)	-	(176)	-	(107)	-	(52)	-
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(47)	-	(99)	-	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	(66)	-	(25)	-	-	-	-	-
Ligadas - Não Financeiras	(107)	-	(52)	-	(107)	-	(52)	-
Depósitos Interfinanceiros	-	(269)	-	(19)	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	-	(269)	-	(19)	-	-	-	-
Depósitos a Prazo	(902)	(87)	(2.029)	(173)	(549)	(29)	(2.029)	(146)
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	(353)	(58)	-	(27)	-	-	-	-
Ligadas - Não Financeiras	(549)	(29)	(2.029)	(146)	(549)	(29)	(2.029)	(146)
Captações no Mercado Aberto	(5.625)	(701)	(4.200)	(460)	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	(5.625)	(701)	(4.200)	(460)	-	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	154	-	236	-	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	154	-	236	-	-	-	-	-
Valores a Receber (Pagar) de Soc. Ligadas	2.635	9.882	2.836	9.031	149	748	113	651
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	895	4.720	1.774	3.033	-	-	-	-
Fator S.A. Corretora de Valores	681	3.375	725	4.006	-	-	-	-
Fator Seguradora S.A.	910	1.039	224	1.341	-	-	-	-
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	149	748	113	651	149	748	113	651

b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 3.196 (R\$ 4.552 em 30/06/2016) para o Banco e de R\$ 6.738 (R\$ 7.100 em 30/06/2016) para o Consolidado, são considerados benefícios de curto prazo.

21. RECURSOS DE TERCEIROS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO

Os recursos de terceiros sob administração/gestão do Conglomerado Fator totalizam R\$ 4.552.834 (R\$ 4.255.236 em 30/06/2016).

22. BENEFICIÁRIOS DE GARANTIAS PRESTADAS

Tipo de Garantia:	Banco/Consolidado		Banco/Consolidado	
	30/06/2017		30/06/2016	
	Valor da Operação	Valor da Provisão	Valor da Operação	Valor da Provisão
Fiança Pessoas Físicas	1.500	7	5.554	152
Fiança Pessoas Jurídicas	-	-	15.341	77
Total	1.500	7	20.895	229

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Fator estabeleceu políticas e procedimentos e implantou modelos e sistemas de gestão de riscos e de capital capazes de gerir, avaliar e mitigar os riscos inerentes aos seus negócios, proporcionando uma visão dos riscos incorridos ao Conselho de Administração, a Presidência e a Diretoria Executiva, que estão cientes de suas responsabilidades sobre as informações aqui divulgadas e com relação à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital está disponibilizada no site do Banco: (http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance).

a) **Risco de Crédito:** O gerenciamento de risco de crédito exige alto grau de disciplina e controle das análises e das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. A política de crédito do Banco tem por objetivo a segurança, qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, agilidade e rentabilidade nos negócios, minimizando os riscos inerentes a qualquer operação de crédito, bem como orientar sobre a fixação de limites operacionais e a concessão de operações de crédito.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.721/09 do CMN e alterações posteriores.

b) **Risco de Mercado:** O monitoramento diário do risco de mercado do Banco é efetuado com utilização de duas medidas estatísticas, a saber:

1) Valor a Risco (VaR) paramétrico com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de 01 dia, modelo estatístico que utiliza a análise dos dados históricos normalizando a distribuição dos retornos de forma a estimar a perda financeira possível em um dia de mercado para 99% dos casos.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

2) Stress Test, uma técnica que visa analisar o impacto de variações extremas nos preços dos ativos e derivativos. Os cenários de estresse utilizados para apuração dos choques são estimados com base naqueles divulgados diariamente pela BM&FBOVESPA. Esta abordagem tem por objetivo preservar o patrimônio do Banco em situações de mercado consideradas atípicas.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

c) Risco de Liquidez: O monitoramento do risco de liquidez visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O processo de gestão deste risco é efetuado diariamente através do monitoramento do limite de caixa mínimo e do fluxo de caixa projetado através de relatório específico, onde são avaliados os ativos e passivos do Banco para os próximos 252 dias úteis, levando-se em conta 5 cenários de liquidez com premissas diferentes.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12 do CMN e alterações posteriores.

d) Risco Operacional: A gestão do risco operacional visa mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, sanções e, ou indenizações por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo para o gerenciamento do risco operacional pelo enfoque quantitativo consolida as perdas do Conglomerado em uma base de dados interna com suas respectivas causas e planos de ação. Permite a análise das perdas incorridas pelo enfoque qualitativo, possibilitando avaliar os riscos e a efetividade dos controles internos, visando à redução de perdas e à melhoria operacional do negócio.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.380/06 do CMN e alterações posteriores.

e) Risco de Seguros: O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros seja maior do que o estimado.

Risco de seguros é o risco em que o tomador ou segurado transfere para a Seguradora, o risco de ocorrência do sinistro sobre o objeto segurado. Os principais riscos abrangidos nos contratos de seguros são representados por: custo dos sinistros em contrapartida ao montante global de prêmios recebidos.

São controlados através de políticas que estabelecem procedimentos, observando as determinações específicas dos requisitos regulamentares.

f) Gestão de Capital: A gestão de capital tem como objetivo manter o capital ajustado aos riscos incorridos pelo Banco, de forma compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

A política de gestão de capital bem como o plano de capital devem ser aprovados e revisados, no mínimo anualmente, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do Banco, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico do Banco e com as condições de mercado.

O modelo utilizado pelo Banco está aderente aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 3.988/11 do CMN e alterações posteriores.

24. LIMITES OPERACIONAIS

O índice de Basileia, conforme estabelecido pela Resolução nº 4.193/13 do CMN e alterações posteriores, está representado conforme abaixo:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Risco de Crédito (RWAcpad)	42.617	64.294
Risco de Moedas (RWAcam)	2.828	3.697
Risco de Taxa de Juros (RWApjur)	4.891	14.268
Risco de Ações (RWAacs)	1.446	1.514
Risco Operacional (RWAopad)	6.396	5.177
Risco de Mercadorias (RWAcom)	147	-
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	<u>58.325</u>	<u>88.950</u>
Patrimônio Líquido	<u>322.809</u>	<u>342.552</u>
Ajustes Prudenciais	(178.299)	(126.838)
Patrimônio de Referência - PR	<u>144.510</u>	<u>215.714</u>
Índice de Basileia	<u>22,92%</u>	<u>23,95%</u>
Rban	31.573	32.280

A Seguradora apresenta plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado, ao utilizar os critérios definidos pela Resolução nº 321/15 do CNSP e alterações posteriores. Em 30/06/2017, a Suficiência de Capital no valor de R\$ 174.976 (R\$ 184.977 em 30/06/2016) representava 658,32% (1.133,99% em 30/06/2016) da Exigência de Capital.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA

Contador - CRC 1RJ - 079955/O-6 "S" - SP

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Fator zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No período foram realizadas reuniões de trabalho com diferentes áreas do Conglomerado Fator nas quais estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes de Risco e Compliance, Auditoria Interna, Auditoria Independente, Ouvidoria, Contabilidade, Risco Operacional e de outras Áreas Corporativas. Destacamos a seguir os principais assuntos tratados nessas reuniões: • Demonstrações Financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2017 e de 2016; • Trabalhos da Auditoria Externa; • Trabalhos da Auditoria Interna; • Relatório Semestral da Ouvidoria; • Reporte sobre Solicitação de Informações do BACEN; • Reporte sobre Solicitação de Esclarecimentos da CVM; e • Relatórios e Demandas da Unidade de Autorregulação - ANBIMA. Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado Fator são adequados e suficientes. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, das instituições que integram o Conglomerado Fator foram analisadas e devidamente aprovadas pelo Comitê de Auditoria.

BANCO FATOR S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

CNPJ nº 33.644.196/0001-06

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Fator S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Fator S.A. (“Banco”) e controladas (“Consolidado”), que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Fator S.A. e controladas em 30 de junho de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador - CRC nº 1 PR 050377/O-6

Deloitte.





fator corretora

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS **2017**

PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Clientes e Colaboradores,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Fator S.A. Corretora de Valores, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2017 e de 2016. De acordo com o disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a Fator S.A. Corretora de Valores declara possuir capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento".

A Diretoria



FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

Ativo	Notas	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		36.727	53.354
Disponibilidades	3a e 4	278	121
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b, 4, 5 e 13	5.625	4.200
Aplicações no Mercado Aberto		5.625	4.200
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c e 6	27.257	39.501
Carteira Própria		1.474	12.672
Vinculados à Prestação de Garantias		25.783	26.829
Outros Créditos	7	3.487	9.269
Rendas a Receber		570	530
Negociação e Intermediação de Valores	3d	2.509	8.067
Diversos		408	672
Outros Valores e Bens		80	263
Despesas Antecipadas		80	263
Realizável a Longo Prazo		20.012	35.862
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	3c e 6	6.199	5.412
Carteira Própria		6.199	5.412
Outros Créditos	7	13.813	30.450
Negociação e Intermediação de Valores	3d	7	459
Diversos		13.806	29.991
Permanente		1.310	2.059
Investimentos	3e	1	1
Outros Investimentos		1	1
Imobilizado de Uso	3f	1.283	2.024
Outras Imobilizações de Uso		9.091	9.955
(Depreciações Acumuladas)		(7.808)	(7.931)
Intangível	3g	26	34
Ativos Intangíveis		64	84
(Amortização Acumulada)		(38)	(50)
Total do Ativo		58.049	91.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

Passivo	Notas	30/06/2017	30/06/2016
Circulante		29.344	50.140
Outras Obrigações	9	29.344	50.140
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		-	1
Fiscais e Previdenciárias	3i	1.917	15.360
Negociação e Intermediação de Valores	3d	25.967	32.688
Diversas		1.460	2.091
Exigível a Longo Prazo		8.197	6.852
Outras Obrigações	9	8.197	6.852
Diversas		8.197	6.852
Patrimônio Líquido	11	20.508	34.283
Capital - De Domiciliados no País		95.453	95.453
Prejuízos Acumulados		(74.945)	(61.170)
Total do Passivo		58.049	91.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	Notas	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Receitas da Intermediação Financeira		3.592	5.231
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	3.551	5.054
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		41	177
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.592	5.231
Outras Receitas/Despesas Operacionais		(14.195)	(11.439)
Receitas de Prestação de Serviços	12a	4.609	6.939
Despesas de Pessoal		(8.550)	(8.530)
Outras Despesas Administrativas	12b	(5.586)	(9.231)
Despesas Tributárias	10d	(5.357)	(1.035)
Outras Receitas Operacionais	12c	870	704
Outras Despesas Operacionais	12d	(181)	(286)
Resultado Operacional		(10.603)	(6.208)
Resultado não Operacional		(27)	(244)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		(10.630)	(6.452)
Prejuízo		(10.630)	(6.452)
Prejuízo por Ação - R\$		(13,09)	(7,94)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		(10.589)	(4.131)
Lucro Líquido (Prejuízo)		(10.630)	(6.452)
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízo):		41	2.321
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes		(308)	1.612
Depreciações e Amortizações		319	465
Resultado na Alienação de Imobilizado		30	-
Outros		-	244
Varição de Ativos e Passivos		8.788	2.745
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		4.635	11.919
(Aumento) Redução em Outros Créditos		4.307	25.698
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens		44	285
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		(198)	(35.157)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades Operacionais		(1.801)	(1.386)
Alienação de Investimentos		-	173
Aquisição de Imobilizado de Uso		(3)	-
Alienação de Imobilizado de Uso		10	-
Aquisição de Intangível		(17)	(18)
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Investimento		(10)	155
Absorção de Prejuízo	11c	5.000	-
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de Financiamento		5.000	-
Aumento/(Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa	3a e 4	3.189	(1.231)
Início do Período		2.714	5.552
Final do Período		5.903	4.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 18) (Em Milhares de Reais)

	<u>Capital Realizado</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	95.453	(54.718)	40.735
Prejuízo	-	(6.452)	(6.452)
Saldos em 30 de junho de 2016	95.453	(61.170)	34.283
Mutações do Período	-	(6.452)	(6.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	95.453	(69.315)	26.138
Absorção de Prejuízo - AGE 31/05/2017	-	5.000	5.000
Prejuízo	-	(10.630)	(10.630)
Saldos em 30 de junho de 2017	95.453	(74.945)	20.508
Mutações do Período	-	(5.630)	(5.630)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fator S.A. Corretora de Valores (Corretora) está organizada sob a forma de corretora de valores, tendo por objetivo a prática de todas as operações permitidas às sociedades corretoras de valores mobiliários.

As operações são conduzidas integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm coparticipação ou intermediação de instituições associadas ao Conglomerado Fator.

A Corretora tem apresentado prejuízos operacionais recorrentes, substancialmente representados por despesas administrativas, que vêm sendo suportados com recursos financeiros adicionais supridos pelos seus acionistas à medida que são requeridos.

Em 18/01/2016, a Corretora encerrou as atividades da filial Rio de Janeiro.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras relativas aos períodos de 01/01 a 30/06 de 2017 e de 2016 foram aprovadas pela Diretoria em 22 de agosto de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados nas seguintes categorias, conforme a intenção da Administração:

Títulos para Negociação: São avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento. Os ajustes para o valor de mercado são reconhecidos no resultado do período;

Títulos Mantidos até o Vencimento: São avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Negociação e Intermediação de Valores

Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. As taxas, emolumentos e corretagens são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

e) Investimentos

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método linear, com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

g) Intangível

É constituído por gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos, amortizados pelo prazo de licença dos softwares.

h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - "Impairment"

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por "Impairment", quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08 do CMN.

Exceto os créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar a existência de perda por "impairment".

i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, obedecendo aos seguintes critérios:

Ativos Contingentes: Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

Passivos Contingentes: São reconhecidos quando, baseado na opinião de Consultores Jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos Consultores Jurídicos e Administração são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação;

Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

j) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

As provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o IRPJ determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a CSLL pela alíquota de 20%.

Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre as adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

k) Receitas e Despesas

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2017	30/06/2016
Disponibilidades	278	121
Aplicações no Mercado Aberto	5.625	4.200
Total	5.903	4.321

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2017		30/06/2016
	Até 90 dias	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	5.625	5.625	4.200
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	4.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	5.625	5.625	-
Total	5.625	5.625	4.200

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da Carteira

Carteira	Vinculados à Prestação de Garantias	Total	
		30/06/2017	30/06/2016
Títulos para Negociação	1.474	27.257	39.501
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	1.408	27.191	37.282
Letras do Tesouro Nacional - LTN (a)	-	-	2.219
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B (a)	66	66	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	6.199	6.199	5.412
Certificados de Depósito Bancário (b)	6.199	6.199	5.412
Total	7.673	33.456	44.913

(a) Custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e BM&FBOVESPA (em garantia de operações);

(b) Custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

b) Classificação da Carteira por Categorias e Prazos

Títulos para Negociação	30/06/2017		30/06/2016
	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.257	27.257	39.501
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.191	27.191	37.282
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	2.219
	66	66	-
Títulos Mantidos até o Vencimento	6.199	6.199	5.412
Certificados de Depósito Bancário (a)	6.199	6.199	5.412
Total	33.456	33.456	44.913

(a) Vencimento em 18/12/2020.

A Corretora adota metodologia de mensuração desenvolvida internamente, para operações que não possuem cotação, com base em informações e premissas de mercado.

c) Instrumentos Financeiros Derivativos: Em 30/06/2017 e 30/06/2016, não existia posição em aberto no mercado de derivativos.

7. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2017	30/06/2016
Rendas a Receber	570	530
Comissões e Corretagens a Receber	5	-
Outras Rendas a Receber	565	530
Negociação e Intermediação de Valores	2.516	8.526
Caixas de Registro e Liquidação	67	5.693
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	1.761	1.344
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	140	-
Operações de Intermediação de Swap	548	1.489
Diversos	14.214	30.663
Adiantamentos e Antecipações Salariais	72	85
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	12.416	28.574
Impostos e Contribuições a Compensar	1.341	1.369
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 13a)	337	477
Devedores Diversos - País	48	158
Total	17.300	39.719
Curto Prazo	3.487	9.269
Longo Prazo	13.813	30.450

(a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais relativos ao ISS incidente sobre corretagens de operações na BM&F, multas aplicadas pela SRF por não entrega de informações sobre a CPMF no prazo, IRPJ e CSLL sobre diferença IPC90, discussão de prazo prescricional na compensação de PIS e COFINS e, IRPJ e CSLL sobre a atualização monetária dos títulos patrimoniais da BM&F e BOVESPA a qual foi convertido à Fazenda Nacional em 2016 (Nota 9(a)), as ações dos referidos depósitos estão sendo questionadas judicialmente.

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social

	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL
	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/06/2017	30/06/2017	30/06/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	(10.630)	(10.630)	(6.452)
Adições Temporárias	41	41	2.050
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	23	23	98
Outras Adições Temporárias	18	18	1.952
Adições Permanentes	1.101	1.077	47
Outras Adições Permanentes	1.101	1.077	47
Exclusões Temporárias	(374)	(374)	(4.084)
Ajuste a Mercado de TVM e Derivativos	(65)	(65)	(237)
Outras Exclusões Temporárias	(309)	(309)	(3.847)
Exclusões Permanentes	(77)	(77)	(1.183)
Outras Exclusões Permanentes	(77)	(77)	(1.183)
Base de Cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.939)	(9.963)	(9.622)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-

b) Demonstração dos Créditos Tributários: Em 30/06/2017, existiam créditos tributários não constituídos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 13.781 (R\$ 22.622 em 30/06/2016). Os benefícios do IRPJ e CSLL serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059/02 do CMN e alterações posteriores (Nota 10d).

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	30/06/2017	30/06/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	-	1
IOF a Recolher	-	1
Fiscais e Previdenciárias	1.917	15.360
Impostos e Contribuições a Recolher (a)	1.917	15.360
Negociação e Intermediação de Valores	25.967	32.688
Caixas de Registro e Liquidação	317	319
Comissões e Corretagens a Pagar	54	118
Credores - Conta Liquidações Pendentes	25.596	31.975
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	-	276
Diversas	9.657	8.943
Provisão para Pagamentos a Efetuar	402	776
Provisão para Contingências (Nota 10b)	8.197	6.852
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 13a)	869	1.025
Credores Diversos - País	189	290
Total	37.541	56.992
Curto Prazo	29.344	50.140
Longo Prazo	8.197	6.852

(a) Em 30/06/2016, refere-se basicamente à IRPJ e CSLL relativo ao IPO BOVESPA e BM&F, no valor de R\$ 13.315, por adesão ao REFIS conforme Lei nº 13.043/14, o referido valor foi liquidado através da conversão de Depósitos Judiciais à Fazenda Nacional (Nota 7(a)).

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes: Em 30/06/2017 e 30/06/2016, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

b) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Prováveis e Obrigações Legais: As provisões para perdas prováveis são reconhecidas contabilmente e totalizam R\$ 8.197 (R\$ 6.852 em 30/06/2016) (Nota 9) e estão representadas por:

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório no valor de R\$ 895 (R\$ 942 em 30/06/2016);

Ações Trabalhistas: São provisionadas levando-se em consideração o histórico de perdas com esses processos. A provisão constituída é de R\$ 7.302 (R\$ 5.910 em 30/06/2016).

Composição e Movimentação das Provisões

	Cíveis	Trabalhistas	30/06/2017	30/06/2016
Saldo Inicial	1.036	7.470	8.506	5.240
Constituição	110	2.015	2.125	1.612
Reversão/Liquidação	(251)	(2.183)	(2.434)	-
Saldo Final	895	7.302	8.197	6.852

c) Passivos Contingentes Classificados como Perdas Possíveis: Os processos judiciais e administrativos que, com base na opinião dos Consultores Jurídicos e da Administração, são classificados como perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

Ações Fiscais: A Corretora discute administrativamente a incidência de: PIS e COFINS no processo de IPO da CETIP; PIS e COFINS relativos à dedução das despesas incorridas com seus agentes na intermediação de operações financeiras; ISS sobre corretagens e outras contingências. O valor em risco em 30/06/2017 é de R\$ 20.513 (R\$ 41.186 em 30/06/2016) (Nota 10d).

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

Ações Cíveis: Referem-se a ações de caráter indenizatório. O valor em risco em 30/06/2017 é de R\$ 6.135 (R\$ 6.408 em 30/06/2016);

Ações Trabalhistas: O valor em risco em 30/06/2017 é de R\$ 10.965 (R\$ 15.788 em 30/06/2016).

d) Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: Em 31/05/2017, a Administração da Corretora, optou por incluir no Programa de Regularização Tributária (PRT), regulamentado pela IN RFB nº 1.687/17, os débitos que tratavam da incidência de PIS e COFINS sobre a venda de bens do Ativo Permanente no processo de Desmutualização das Bolsas de Valores, optando pelo pagamento à vista e em espécie de 20% do valor da dívida consolidada no total de R\$ 4.653, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL no valor de R\$ 18.610.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 30/06/2017 e 30/06/2016, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 812.188 ações nominativas, sem valor nominal.

b) Distribuição de Dividendos: O estatuto social estabelece dividendo obrigatório de 5% sobre o lucro líquido do exercício ajustado consoante a legislação em vigor.

c) Prejuízos Acumulados: Em AGE de 31/05/2017, foi deliberada a absorção de parte dos prejuízos acumulados pelo único acionista no montante de R\$ 5.000.

Em 30/06/2017, o prejuízo acumulado de R\$ 74.945 (R\$ 61.170 em 30/06/2016) permaneceu registrado na rubrica de Prejuízos Acumulados.

12. DETALHAMENTO DE CONTAS DO RESULTADO

	01/01 a 30/06/2017	01/01 a 30/06/2016
a) Receitas de Prestação de Serviços	4.609	6.939
Rendas de Corretagens de Operações em Bolsas	2.363	4.897
Rendas de Administração de Fundos de Investimento	1.267	1.075
Rendas de Serviços de Custódia	893	898
Rendas de Comissão de Colocação de Títulos	82	41
Rendas de Outros Serviços	4	28
b) Outras Despesas Administrativas	5.586	9.231
Serviços do Sistema Financeiro	1.809	4.047
Processamento de Dados	815	780
Aluguéis	694	712
Serviços Técnicos Especializados	655	1.000
Comunicações	238	855
Condomínio	216	189
Água, Energia e Gás	78	114
Serviços de Terceiros	75	104
Manutenção e Conservação de Bens	44	131
Publicações	20	64
Transportes	19	42
Emolumentos Judiciais e Cartorários	5	77
Viagens	3	27
Promoções e Relações Públicas	2	29
Outras	913	1.060
c) Outras Receitas Operacionais	870	704
Atualização de Depósitos Judiciais	448	533
Reversão de Provisões para Passivos Contingentes	251	-
Outras Rendas Operacionais	171	171
d) Outras Despesas Operacionais	181	286
Contingências	111	198
Variações Monetárias Passivas	38	30
Outras Despesas Operacionais	32	58

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - PERÍODOS DE 01/01 A 30/06 DE 2017 E DE 2016 (Em Milhares de Reais)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) **Empresas Ligadas:** Com base nos critérios estabelecidos na Resolução nº 3.750/09 do CMN, as transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas basicamente por:

	30/06/2017		30/06/2016	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Operações/Partes Relacionadas				
Disponibilidades				
Banco Fator S.A.	66	-	25	-
	66	-	25	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
Banco Fator S.A.	5.625	701	4.200	460
	5.625	701	4.200	460
Negociação e Intermediação de Valores				
Banco Fator S.A.	(154)	-	(236)	-
	(154)	-	(236)	-
Valores a Receber (Pagar) de Sociedades Ligadas				
Banco Fator S.A.	(532)	(3.010)	(548)	(3.623)
	(681)	(3.375)	(725)	(4.006)
Fator Empreendimentos e Participações Ltda.	5	21	2	4
FAR - Fator Administração de Recursos Ltda.	15	215	144	240
Fator Seguradora S.A.	129	129	31	139

b) **Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** Os honorários atribuídos no período foram de R\$ 480 (R\$ 1.589 em 30/06/2016), são considerados benefícios de curto prazo.

14. RECURSOS DE TERCEIROS ADMINISTRADOS

Os recursos de terceiros administrados pela Corretora totalizam R\$ 75.997 em 30/06/2016.

15. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Corretora, por intermédio da instituição líder Banco Fator S.A. aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento às Resoluções nº 3.380/06 e nº 3.464/07 do CMN e alterações posteriores.

As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizadas no site da Instituição Líder: (http://www.fator.com.br/bem_vindo/quem_somos/risco_compliance).

16. LIMITES OPERACIONAIS

A Corretora apura seus limites operacionais de maneira consolidada em atendimento à Resolução nº 2.283/96 do CMN e alterações posteriores, por intermédio da instituição líder Banco Fator S.A.. O índice de Basileia para o conglomerado em 30/06/2017 é de 22,92% (23,95% em 30/06/2016).

A DIRETORIA

CARLOS AUGUSTO SENNA DE ALMEIDA

Contador - CRC 1RJ - 079955/O-6 "S" - SP

Deloitte.

FATOR S.A. CORRETORA DE VALORES

CNPJ nº 63.062.749/0001-83

Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017 - 11º e 12º andares - São Paulo - SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da

Fator S.A. Corretora de Valores

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fator S.A. Corretora de Valores ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fator S.A. Corretora de Valores em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marcelo Luis Teixeira Santos

Contador

CRC nº 1 PR 050377/O-6

Deloitte.

